

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA SOB O PRISMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gregor Castro Erbiste¹

RESUMO

O presente trabalho tem como **objetivo** apresentar algumas reflexões sobre o tema da educação em documentos oficiais, tais quais as Constituições Federativas, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outras. Utilizou-se a revisão bibliográfica como **metodologia** para analisar os documentos e textos sobre o assunto. Nesse processo, destaca-se o texto de autoria de José Silveira Horta (1998), em que discorre os temas da inclusão da educação como direito social da cidadania, e a questão da obrigatoriedade, sob um caráter histórico. Assim sendo, a educação é aqui analisada sob o prisma das políticas públicas. Os **resultados** da análise permitiram pensar a maneira como as políticas de universalização do acesso à educação impactam na atuação profissional. A **conclusão** obtida sugere que, primeiramente, sobre o tema da obrigatoriedade, é notável que o poder público, em especial a União, sempre se esquivou da responsabilidade de proporcionar o acesso à educação em estabelecimentos oficiais, cuja classificação da educação como direito público subjetivo vai reaparecer apenas na Constituição de 1988 que, somada a LDB e ao ECA, garantiam a educação pública gratuita e obrigatória, além de responsabilizar penalmente o Estado e os pais pelo descumprimento da medida. Curioso, ainda, observar que a retomada dessa discussão, em 1988, parece corroborar para a categorização da “constituição cidadã”, ou “constituição democrática”. Por fim, é possível observar que a atuação profissional do professor complexificou-se, devido ao fato de que, com a massificação nas escolas, novas questões foram surgindo, que impactam, cotidianamente, na atuação da escola.

¹Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas. E-mail: gregorcastro@gmail.com